

GÉNESE E AFIRMAÇÃO DO MAAC

NUNO ESTÊVÃO FERREIRA*

Introdução

O MAAC (Movimento de Apostolado de Adolescentes e Crianças) inscreve-se desde a sua origem na tradição da ação católica, por intermédio do apelo ao protagonismo laical na transformação da sociedade e do recurso à revisão de vida como metodologia estruturante. Os seus primórdios situam-se no início da década de 1980, quando era identificado como MAC (Movimento de Apostolado das Crianças) e foi implementado nas regiões de Lisboa, Porto e Setúbal. Nos anos de 1990, a experiência foi alargada ao Funchal, Braga e Coimbra. A denominação atual (Movimento de Apostolado de Adolescentes e Crianças) remonta a 1996, traduzindo a inclusão de uma nova faixa etária, correspondendo a uma reivindicação que foi sendo desenvolvida ao longo do percurso de alguns dos seus membros. Na década de 2000, abrangeu ainda as dioceses de Santarém, Angra do Heroísmo, Leiria e Aveiro¹.

Formado por iniciativa laical, o MAAC tem os seus estatutos aprovados pela Conferência Episcopal Portuguesa apenas em 2001. É composto por crianças e adolescentes, numa dinâmica de grupo, mas também por adultos (“acompanhantes”), encarregues da animação e da coordenação. Em 1999, pouco tempo antes do reconhecimento pelo episcopado português, eram identificados 35 grupos, com cerca de meio milhar de adolescentes e crianças, entre os 6 e os 16 anos, e 40 acompanhantes.

A génese do MAAC ocorre no período de consolidação democrática e de integração europeia de Portugal e é devedora da interação entre organismos internacionais católicos, igualmente marcados pela experiência da ação católica, nomeadamente no campo da infância e juventude. Reconhecidos pela Santa Sé e com sede em Paris, aqueles movimentos encontravam-se direcionados para estudantes (Jeunesse Étudiante Catholique Internationale/Mouvement International des Étudiants Catholiques /JECI-MIEC) e crianças (Movimento Internacional de Apostolado das Crianças/MIDADE). Na equipa internacional do primeiro,

* Investigador integrado no Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR-UCP).

¹ Por uma questão de coerência, adotaremos, ao longo do texto, a sigla atual (MAAC).

encontrava-se um português, António Matos Ferreira, que promoveu os contactos necessário para a implantação do MAAC em 1978, precisamente no ano em que João Paulo II iniciava o seu longo pontificado. Acompanhar o lançamento do MAAC seria tarefa do movimento espanhol congénere, Junior, cujos responsáveis se deslocam a Portugal por diversas ocasiões no início da década de 1980.

Nessa fase, o regime de missão não será desenvolvido apenas por elementos provindos do outro lado da fronteira e que também promoviam, com intuítos formativos, a receção de interessados portugueses nas atividades que desenvolviam em Espanha. Provenientes de França ou do Brasil, outros responsáveis do MIDADE realizam encontros em Lisboa e no Porto, dando seguimento à participação portuguesa nos encontros internacionais desde 1978.

Marco fundamental na legitimação do MAAC será o pedido de adesão ao MIDADE, em 1986. A filiação numa organização católica internacional, reconhecida como tal pela Santa Sé (desde 1973), consistiu na confirmação da experiência ainda recente e conferiu ao MAAC um estatuto interno que viria a ser relevante em momentos de alguma polémica perante as autoridades episcopais portuguesas.

As origens do MAAC remetem ainda para a confluência entre vários movimentos da Ação Católica em Portugal (Juventude Escolar Católica/JEC; Ação Católica Rural/ACR e Juventude Operária Católica/Liga Operária Católica-JOC/LOC). Valorizando a metodologia da revisão de vida e a relação com os meios socialmente desfavorecidos, os organismos de ação católica de tipo estudantil, rural (ACN, Ação Católica dos Mais Novos) e operário (Os Mais Novos da Classe Operária) desenvolvem, no início da década de 1980, esforços paralelos no sentido de criarem dinâmicas pedagógicas com crianças e pré-adolescentes. A relação com um organismo internacional dotado de alguma experiência no universo infantil, o MIDADE, virá a revelar-se decisiva para a estruturação, já no início dos anos de 1980, de um novo movimento autónomo dos já existentes na ação católica e orientado para uma implantação progressiva no território nacional. Mantendo contacto com o processo de lançamento da ACN e de Os Mais Novos da Classe Operária, o MAAC não consistiu numa recuperação das “pré-juventudes católicas” nem numa extensão a um novo sector (infantil) de um organismo de ação católica já existente.

As ligações com o MIDADE foram, sobretudo, mantidas por membros da JEC provenientes das escolas do magistério primário, destinadas à formação de educadores infantis e de professores do, atual, 1.º ciclo do ensino básico. No período de transição democrática em Portugal, estas escolas encontravam-se em processo de profunda reestruturação, abrangendo as teorias pedagógicas, os currículos, os programas, as metodologias e o pessoal docente². Era nestas instituições que

² Cf.: Maria João Mogarro – *A Formação de Professores no Portugal Contemporâneo: A Escola do Magistério Primário de Portalegre*. Vol. 1. Dissertação de Doutoramento. Badajoz: Universidad de Extremadura, 2001;

estudavam os membros da JEC que encetaram contactos com o MIDADE, tendo em vista a formação de um novo movimento, cuja autonomia fosse igualmente manifesta relativamente ao organismo da Ação Católica de onde provinham.

Na evolução do MAAC, são perceptíveis três etapas. Entre 1978 e 1984, decorre a fase de lançamento. Entre 1984 e 1996, desenrola-se um período de consolidação, mas também de alguma instabilidade no processo de institucionalização do novo movimento, culminando num processo de crise. Em 1996, a integração de adolescentes implica mudanças na denominação e sinaliza o relançamento do movimento.

1. As origens de um autónomo movimento de crianças (1978-1984)

Em 1978, têm início os simples contactos internacionais entre MIEC e MIDADE e as primeiras iniciativas direcionadas para a implementação no país, de uma organização católica que atuasse no universo infantil. No início da década de 1980, são constituídos os primeiros grupos de crianças na região de Lisboa e é iniciada uma dinâmica de formação de animadores, com reuniões regulares entre si. Em 1983, é desenvolvida a experiência de um grupo de coordenação não apenas circunscrito a Lisboa. Em 1984, o movimento é proclamado por delegados das crianças na 1.^a Assembleia Nacional de Acompanhantes (ANA), são discutidos os estatutos e é eleito o primeiro coordenador nacional.

Nesta fase inicial, a implementação e a consolidação do MAAC ocorre com recurso às redes de organizações religiosas que atuavam nos bairros periféricos de Lisboa, onde predominavam grupos marginalizados e minorias étnicas, como ciganos e cabo-verdianos. São os casos da Pastoral dos Ciganos (em Lisboa) e, sobretudo, de congregações religiosas presentes nos referidos bairros. Referimo-nos às Irmãzinhas de Jesus (Curraleira e Prior Velho), à Congregação dos Padres dos Sagrados Corações (Pedreira dos Húngaros e Alto da Eira, na Penha de França), às Missionárias Dominicanas do Rosário (Fontainhas). Noutras zonas, seriam os Irmãos do Campo (Lagameças) ou as Auxiliadoras da Caridade, em Setúbal.

Também a utilização do Seminário dos Olivais como local de reuniões regulares legitimou a instalação do MAAC em Lisboa. Neste ciclo inicial, são mantidos contactos com D. José Policarpo e Pe. Carlos Paes, responsáveis por aquela instituição de formação do clero. D. José Policarpo preside, desde 1981, à Comissão Episcopal do Apostolado dos Leigos. Mas o Seminário dos Olivais também permite promover a difusão do MAAC em outras dioceses, tendo em consideração a presença, por exemplo, de alunos provenientes do Funchal ou de Leiria.

Maria João Cardona – *Para a História da Educação de Infância em Portugal. O Discurso Oficial (1834-1990)*. Porto: Porto Editora, 1997, p. 72-98.

1.1. Animadores e grupos de crianças em Lisboa

Após os já referidos contactos de 1978 entre o MIDADE e a equipa da JEC da Escola do Magistério Primário de Lisboa, são constituídos, ao longo do ano letivo de 1980/81, grupos de crianças nos bairros periféricos de Lisboa e na Trafaria. Eram animados por adultos, com preocupações pedagógicas e formação profissional específica. Provenientes, sobretudo, de organismos de Ação Católica, encontravam-se em processo de aprendizagem das especificidades teológicas e da metodologia aplicada pelos movimentos já integrados no MIDADE.

A relação com um movimento internacional forneceu legitimidade a ensaios anteriormente efetuados pelos membros de uma equipa da JEC do Magistério Primário que se encontravam no início da profissionalização. As redes familiares e de integração social permitiam experimentar possíveis respostas para questões sobre o universo infantil. Ainda em 1979 é feita uma tentativa para formação de uma equipa de crianças na zona do Bairro Alto, em Lisboa. A cedência de espaços de reuniões por parte da Junta de Freguesia da Lapa facilitou constituição de grupos nessa zona da cidade. Como local de encontro de crianças, os pátios da zona foram privilegiados nas tentativas de formação de grupos, à semelhança do que o Pe. Bernardino Alves ensaiaria na zona ribeirinha da cidade do Porto, junto à Igreja dos Grilos.

Alguns dos animadores já haviam participado em eventos do MIDADE. Em 1978, Isabel Paes (Mimi) estivera no Encontro Internacional do Escorial (Espanha). No ano seguinte, Margarida Belchior (Maíca) deslocara-se a Roma, para um Encontro Regional Europeu sobre A Escola. Em 1982, Carlos Manuel Serra Marques (Ca Mané) e Adelino Sousa marcariam presença em novo evento, agora no outro lado do Atlântico, mais precisamente em Olinda (Brasil). Estes e outros encontros internacionais obtiveram tratamento nos meios de comunicação social, permitindo uma maior difusão das iniciativas em curso. Os programas “70x7”, da RTP, e “Toda a gente é pessoa”, da RDP, abordaram o encontro de Olinda (1982), uma reunião da equipa europeia em Lisboa (1983) e os seminários europeus sobre crianças marginalizadas, em Saragoça (1985), e sobre a pedagogia do MIDADE, em Lyon (1986).

Os contactos com membros do MIDADE não se resumiam a deslocações para participação em iniciativas promovidas no estrangeiro. Também tinha lugar o acolhimento de alguns dos responsáveis europeus ou latino-americanos, em encontros de formação organizados em Portugal. Jório Roberto (Brasil), Marie Hélène (França), María José (Espanha) ou os assistentes do movimento espanhol, Padres Bartolo e Alfredo, são alguns dos nomes registados.

No final de 1981, os animadores dos grupos de Lisboa ensaiam um conjunto de encontros regulares entre si, com distribuição de funções destinadas a sustentar os contactos internacionais e nacionais, incluindo os movimentos rurais e

operários da ação católica. De acordo com as circulares do ano letivo de 1981/82, estes encontros realizavam-se na Capela do Palácio das Necessidades ou no Seminário dos Olivais e possuíam temas específicos, como “Evangelizamos na Acção” (6.12.1981), ou destinavam-se a “partilhar o crescimento e a acção das crianças e dos seus grupos, numa dinâmica evangélica de revisão de vida” (20.3.1982) e “a clarificar a importância [de] um trabalho de Movimento, que dê a palavra às crianças”³.

O relatório do último destes encontros regista a presença de animadores dos grupos da Curraleira, Lapa, Olivais e do Pe. Bartolo, assistente do Junior, organização de Espanha. A presença de elementos providos de movimentos integrados no MIDADE foi uma constante neste período inicial. O encontro desenrolou-se sob a perspectiva da revisão de vida, com base em acontecimentos vividos pelas crianças. A “análise do mundo infantil” consistiu no compromisso final⁴.

1.2. Equipa de coordenação

Em 1983, ocorre outro momento decisivo para a constituição do movimento em Portugal, com a constituição de uma equipa de coordenação dos grupos já formados. As funções desta nova estrutura abrangiam ainda os contactos com o movimento internacional, a extensão a outras regiões do país, a informação e as finanças. Pretendia-se uma organização central, dotada de alguma estabilidade, que promovesse a formação de animadores, conferisse consistência e aproximasse as dispersas experiências em curso. Os grupos em causa já não eram apenas circunscritos à região de Lisboa, incluindo a margem ao sul do Tejo, mas era efetuado alargamento ao Porto e ainda se perspectivava a possibilidade de estender a experiência a outras zonas.

A formação desta equipa de coordenação ocorreu num encontro de animadores no Seminário dos Olivais, em 18 de junho de 1983. A decisão foi adotada na presença de elementos do Prior-Velho, da Curraleira, da Caparica, da Quinta da Vitória, da Lapa e do Porto. Para além de grupos já constituídos, esse encontro contou ainda com interessados em lançar a experiência em Odivelas, Penha de França, Moscavide, Lourosa (Porto) ou até no Funchal. Neste último caso, tratava-se de alunos do Seminário dos Olivais, cujo vice-reitor, Pe. Carlos Paes, participou no encontro. A implantação no Porto contava, então, com o apoio de Miriam Bateira, professora na região de Lisboa mas proveniente da JEC do Porto.

³ Cf.: “Crianças em Igreja: re-continuar movimento. Encontro de Animadores de Lisboa [1981, manusc., 1 fl.]; “Convocatória para 2.º Encontro” [1982, manusc., 1 fl.]; “Convocatória para o Encontro de Animadores” [27.4.1982, mimeo., 1 p.] (documentação constante no Arquivo do MAAC, na Casa Diocesana do Vilar, Porto; doravante: Arq. MAAC).

⁴ Cf. “Anexo 4. Encontro de Animadores, Olivais, 29 de Maio de 1982” [mimeo., 4 p.] (Arq. MAAC).

Mais uma vez, a dinâmica do MIDADE seria vencida, por intermédio de Maria Jose (do Junior).

A metodologia do encontro assenta na revisão de vida, sob a formulação de “ver, julgar, agir e celebrar”. Pretende-se que a equipa coordenadora de âmbito nacional “estabeleça a ligação entre os grupos, reveja o trabalho e possa contribuir para uma caminhada conjunta”. Em número de sete, os coordenadores eram, sobretudo, educadores que trabalhavam na região de Lisboa⁵.

Também nesse ano de 1983, o impulso conferido no sentido de uma coordenação é ainda patenteado pelo primeiro número de uma publicação periódica, *Crianças em Acção*. Destinava-se a noticiar as atividades desenvolvidas, a promover a formação de animadores e a divulgar noutras zonas o tipo de iniciativa, despertando o interesse e apontando para uma instalação mais alargada. Com data do ano seguinte, começava a ser produzido o *Jornal das Crianças* (em 1986, assumiria o título *Jornal de Nós*), propiciando uma forma de difusão da criatividade dos membros dos grupos e superando as fronteiras do bairro de origem.

Com efeito, a elaboração de jornais já consistia numa via privilegiada da metodologia que se pretendia aplicar nas atividades dos grupos já constituídos. Com tiragens reduzidas e efetuado com recurso a instrumentos artesanais (folhas A4, tesoura, cola, máquina de escrever, fotocopiadora, agrafador...), as duas publicações iniciadas em 1983 correspondiam ao alargamento do raio de difusão e permitiam aproximar grupos dispersos em bairros distantes na mesma cidade e em pontos afastados do país (Lisboa e Porto).

Entre julho e novembro de 1983, a equipa de coordenação estabelece contactos para extensão do movimento a Guimarães, Porto (Massarelos), Coimbra (Bencanta), Guarda, Lisboa (Xabregas, Camarate, Arruda dos Vinhos, Pedreira dos Húngaros e Fontainhas), Setúbal (Lagameças e Cova da Piedade) Portimão e Madeira. Visando uma implantação alargada, a lógica de atuação a nível nacional é um inequívoco objetivo.

São mantidas relações com organismos da Ação Católica, como sejam os Mais Novos da Classe Operária, a Liga Operária Católica (LOC), a Ação Católica dos Mais Novos ou o novo Movimento Católico de Estudantes (MCE). Em outubro, ocorre a participação, com o estatuto de observador, nas Jornadas Nacionais da Ação Católica Portuguesa, realizadas em Lisboa, por ocasião do seu 50.º Aniversário⁶. Vingar as diferenças e reivindicar a autonomia perante outros organismos de ação católica constitui outro objetivo do núcleo coordenador.

A atuação da equipa coordenadora entre os meses de julho e novembro de 1983 possui uma evidente vertente internacional. Alguns elementos de Lisboa e Porto participam numa sessão de estudos do Junior, em Espanha. O coordenador

⁵ Cf. “O encontro de animadores de crianças”, *Crianças em Acção*, n.º 2, 1983.

⁶ Cf. *Crianças em Acção*, n.º 3, 1983, p. 14.

latino-americano do MIDADE, Jório Roberto, mantém reuniões em Portugal com a equipa coordenadora e com os grupos de crianças do Prior-Velho e Lourosa. Na avaliação que apresenta à equipa internacional, nota que, em Portugal, as crianças começam a assumir responsabilidades pelo seu próprio movimento, mas que é necessário o MAAC “teorizar a partir da sua própria experiência com as crianças, que têm a sua originalidade”, isto é, sem “quase reproduzir as análises do Junior nos seus documentos”. É também projetada ainda a visita da coordenadora europeia, Marie Hélène Euvrard, aos grupos do país⁷.

Tendo em vista a obtenção de um reconhecimento por parte da Igreja portuguesa, o episcopado é mantido a par das atividades iniciais. D. José Policarpo requer à equipa coordenadora um dossiê para apresentar ao patriarca de Lisboa e sugere como assistente local o Pe. António Cardoso, do Secretariado Diocesano da Catequese. Também o secretário do bispo de Setúbal manifesta interesse pela iniciativa. Mais tarde, será promovido um encontro entre o patriarca de Lisboa, que, à época, presidia à Conferência Episcopal Portuguesa, e a coordenadora europeia do MIDADE, destinado ao reconhecimento da implantação de um movimento internacional em Portugal.

O referido responsável diocesano pela catequese em Lisboa chegou a tomar parte em pelo menos uma reunião da equipa coordenadora. No entanto, o primeiro assistente que o movimento indica para acompanhar os grupos, em 1984, será o Pe. Henrique Scheepens, da Congregação dos Padres dos Sagrados Corações, depois do apoio conferido pelo então coadjutor na Paróquia da Lapa, Pe. Henrique Rios dos Santos.

A legitimação do MAAC era sobretudo internacional e o seu lançamento correspondia a problemas colocados por educadores provindos da JEC sobre pedagogia e evangelização de crianças provindas das minorias sociais e étnicas que habitavam os bairros periféricos. Era ainda manifesta a intenção de fixar uma autonomia entre o MAAC e não só a catequese como também os próprios organismos já constituídos da Ação Católica (JARC-ACR, JOC-LOC e JEC-MCE), mesmo que, quanto a esta, uma certa tradição fosse reivindicada. Por estas razões, seriam algumas congregações religiosas presentes nos bairros de lata junto a Lisboa que viriam a demonstrar maior interesse pela iniciativa.

Entre os diversos temas abordados pelos responsáveis internacionais do MIDADE nas suas visitas a Portugal, encontra-se a classificação a atribuir aos jovens e adultos que acompanhavam as crianças. Jório Roberto remete para a pluralidade de expressões que eram utilizadas nos movimentos filiados naquele organismo internacional: “animador” (Brasil e Venezuela), “acompanhante (em discussão no Brasil)”, “educador” (França, Espanha e Uruguai) ou “colaborador” (Perú). No MAAC, seria o termo “acompanhante” que acabaria por vingar.

⁷ Cf. *Desperta*, n.º 1, 1983.

1.3. Proclamação do movimento

Em 1984, o MAAC é finalmente proclamado na 1.^a Assembleia Nacional de Acompanhantes. Delegados das crianças procedem ao seu manifesto⁸, são aprovados os estatutos e é eleito o primeiro coordenador nacional, Adelino Sousa. A componente laical é manifesta, não apenas nos seus principais membros, as crianças, mas também na liderança entre os adultos, e a presença de um padre, na qualidade de assistente eclesialístico, constitui uma reclamação da coordenação e não uma imposição externa.

A 1.^a Assembleia Nacional de Acompanhantes (ANA) decorreria na Pousada da Juventude de Catalazete, em Oeiras, entre 4 e 7 de outubro de 1984. Na ocasião, estiveram presentes elementos dos bairros com grupos já constituídos ou de zonas onde pretendia dar início à dinâmica. Realizada na ocasião, a caracterização dos locais ilustra o tipo de metodologia a implementar: Prior-Velho, meio operário, na periferia de Lisboa; Curraleira, bairro de lata no meio da cidade de Lisboa; Trafaria, meio popular, aldeia de pescadores e retornados na margem sul do Tejo; Areeiro, bairro de ciganos e retornados em Lisboa; Fontainhas, bairro periférico de Lisboa, com cabo-verdianos; Penha de França (Alto da Eira), bairro de lata no centro de Lisboa; Pedreira dos Húngaros, bairro de lata em Algés, de cabo-verdianos; Quinta das Laranjeiras (Moscavide), periferia de Lisboa; Galinheiras, periferia de Lisboa; Maiorga, meio rural-operário a 5 km de Alcobaça; Olivais Sul, bairro residencial em Lisboa; Lourosa, meio rural-operário, a 20 km do Porto. Pontinha (Lisboa) e Moselos (Porto) eram outras regiões de origem dos intervenientes da 1.^a assembleia de acompanhantes. É ainda registada a participação do assistente do Junior (Pe. Alfredo), da coordenadora europeia do MIDADE (Marie Hélène), da responsável pela Pastoral dos Ciganos (Ir. Zulmira), de representantes da ACN (Célia e Ana) e do MCE (Chico Paes) e dois animadores de Nampula, Moçambique (Isaías e Maurício).

A 1.^a Assembleia Nacional de Acompanhantes seria previamente preparada, com questionários dirigidos às crianças e aos animadores, sobre as suas condições de vida, a evangelização e o papel do acompanhante. As respostas seriam sintetizadas e trabalhadas em grupos na assembleia, de acordo com as seguintes questões: ações evangelizadoras, noção de Igreja, catequese e movimento, pedagogia e relação entre o acompanhante e a criança. Da agenda de trabalhos, constava ainda um breve resumo da ainda recente história do MAAC, seriam discutidas e aprovadas as suas linhas de ação, tendo em consideração a situação dos grupos por dioceses (Porto, Lisboa e Setúbal) e a dinâmica de formação de acompanhantes.

⁸ Cf. *Jornal das Crianças*, n.º 3, 12.1984, p. 5.

Contaria ainda com uma intervenção de António Matos Ferreira, sobre a criança no evangelho, na sociedade e na Igreja em Portugal⁹.

Na avaliação efetuada pela coordenadora europeia do MIDADE sobre esta assembleia de acompanhantes, destacava-se a constituição de “um Movimento das Crianças, no qual participam jovens e adultos”, na sequência de uma “assembleia [...] de Igreja, preparada e conduzida por leigos”. Sobre esta questão, regista que “em Portugal isto não é banal”, remetendo para o sínodo dos bispos que se encontrava em fase preparatória sobre a vocação e a missão dos leigos na Igreja e no mundo (1987). Marie Hélène Euvrard nota ainda a possibilidade do MAAC se abrir não apenas aos bairros de lata, mas também ao “meio rural” ou à “classe média”, considerando que “devemos também dar a oportunidade a estas crianças de viver a dinâmica do MAC”. A finalizar, o apelo à integração no MIDADE em 1986¹⁰.

O projeto de estatutos que é discutido e aprovado na 1.^a Assembleia Nacional de Acompanhantes é esclarecedor quanto aos princípios fundamentais do MAAC. Consiste numa “nova forma organizativa da Acção Católica ao nível das crianças [...] sem pretender substituir a catequese”. Dirige-se a crianças de todos os meios sociais, dando particular atenção àquelas que se situam nos “meios mais pobres e afastados da Igreja”. Nele, “as crianças têm uma participação activa”, exercem “uma acção transformadora do meio onde vivem”, “protagonizando a evangelização do seu meio através da vida em grupo”. A componente internacional do movimento permite que as crianças descubram “a dimensão de serem Igreja Universal, tentando criar um mundo mais solidário”¹¹.

Sobre a pedagogia do movimento, eram sublinhadas três características, com conexões entre si: a revisão de vida, as monografias e as “brincadeiras”. O “ver, julgar e agir” surgia sob diferentes formulações: “o que vimos, o que pensamos, o que planeámos”, “o que se viu, o que se pensou, o que se decidiu”, “ver, julgar, agir, celebrar” e “ver, julgar, actuar e avaliar/celebrar”. A descrição do meio social ou o registo das observações das crianças constituíam, na expressão de Marie Hélène Euvrard, “uma parte da história do povo de Deus”, justificando um apelo: “aprofundemos esta história do Povo e descubramos aí Deus que o habita”¹². Na 1.^a Assembleia Geral de Acompanhantes, Adelino Sousa sintetizava os trabalhos

⁹ Cf.: *Crianças em Acção*, n.º 4, 1984; “MAC-Movimento de Apostolado das Crianças. 1.^a Assembleia Nacional de Animadores. Preparação” [1984, manusc., 4 fl.]; “MAC. Intervenção do perito na 1.^a Assembleia Nacional de Acompanhantes” [1984, manusc., 3 fl.]; “Equipa Nacional” [1984, manusc., 8 fl.]; “Síntese I^a AGA, 4/5-6-7/10/84” [1984, manusc., 21 fl.] (Arq. MAAC).

¹⁰ *Crianças em Acção*, n.º 5, 1984, p. 8-9.

¹¹ Cf.: “Projecto de Estatutos do MAC. Movimento de Apostolado das Crianças [sd, mimeo., 9 p.] (Arquivo Pessoal de António Matos Ferreira [doravante AMF]: MC/ACP/MAC/1); “Projecto de Estatutos do MAC. Movimento de Apostolado das Crianças [sd, mimeo., 6 p.] (Arq. MAAC).

¹² *Crianças em Acção*, n.º 5, 1984, p. 9.

de grupo sobre a pedagogia do MAAC: “o movimento valoriza tudo o que é próprio das crianças, é nas brincadeiras que aprendem os valores do Reino de Deus”¹³.

De seu nome Céu

Chamem-lhe o que quiserem mas é o único movimento verdadeiramente delas, ou melhor, de todos nós, ou seja, daqueles que são CRIANÇAS. Eu, felizmente tive a sorte de pertencer a um dos grupos pioneiros do MAAC em V. N. de Famalicão, o velho grupo ALEGRIA. Sorte e não só...

O que foi que o MAAC mudou em mim?... Tudo um pouco. Foi um formador, um amigo, uma escola e até um pai. Com ele aprendi, através da prática, qual o verdadeiro significado da: partilha, ajuda, convívio e principalmente ação transformadora. se fossem as crianças a mandarem no mundo, teríamos um mundo mais justo. – Disse-me um dia alguém... [...] Pode-se ter 30, 40, 50, 60 ou até 80 anos e ser-se na mesma Criança, ou melhor, uma CRIANÇA com letra grande. Seria bom se em vez de existir adultos existissem Crianças [...].

[José Luís da Silva Costa, criança do grupo de Calendário (Vila Nova de Famalicão) entre 1990 e 1998. Questionário n.º 7 A, 2011].

A componente do protagonismo das crianças seria uma das principais características do movimento. Não se tratava de uma organização onde os adultos propiciam atividades a crianças, mas onde aqueles aceitam ser decisivamente influenciados por estas. Assim se compreende a expressão recorrentemente empregue pelos seus membros sobre “o movimento na mão das crianças”. Também as ações de reivindicação quanto a melhorias das condições de vida assumiriam lugar central. Efetuadas junto de autoridades civis, como juntas de freguesia ou centros de segurança social, são múltiplos os exemplos identificados ao longo do tempo, com reclamações sobre os espaços para brincar, a fixação de tabelas de basquete ou a instalação de paragens de autocarro cobertas.

2. A consolidação, a instabilidade e a crise (1984-1996)

Entre 1984 e 1996, ocorre a consolidação inicial do MAAC, sobretudo das suas principais dinâmicas, como sejam os grupos locais de crianças, a formação de animadores, a realização de encontros nacionais (de crianças e animadores), um certo envolvimento em redes eclesiais laicais e a plena integração no MIDADE. Em 1990, o movimento estende-se às dioceses do Funchal e de Braga, alargando o raio de influência originário, circunscrito a Lisboa, Setúbal e Porto.

¹³ “Síntese Iª AGA, 4/5-6-7/10/84” [1984, manusc., 21 fl.] (Arq. MAAC).

Todavia, este período é igualmente caracterizado por alguma instabilidade e até alguma controvérsia. Em 1989, o MAAC interrompe a sua atividade na diocese do Porto. Tratava-se de um dos núcleos mais antigos e, em 1987, chegam a ser registados grupos em seis locais distintos (Borneiros, Matosinhos, Lourosa, Santo Ovídio, Serpente e Moselos). Também em 1989, terminam as duas publicações periódicas: *Crianças em Acção* e *Jornal de Nós*. O primeiro destes títulos ainda seria, neste período, episodicamente retomado, com um número único datado do primeiro trimestre de 1991, mas apenas seria dotado de regularidade no posterior ciclo do movimento, após 1996, à semelhança, aliás, do que sucederia com a recuperação da diocese do Porto. Em 1993, ocorre um primeiro embate entre o MAAC na Madeira e o poder político regional, com implicações na relação estabelecida com a hierarquia eclesial local.

Operada nesta fase, a consolidação inicial será acompanhada por alguma instabilidade. Este ciclo do movimento termina com a crise de 1996. Nesse ano, ocorre a demissão da coordenação nacional e, durante alguns meses, é formada uma comissão de gestão para assegurar a regularização do funcionamento do MAAC. O processo viria a culminar na realização de uma assembleia nacional extraordinária de acompanhantes e na eleição de uma nova coordenadora nacional.

2.1. Da proclamação à adesão ao MIDADE

Na sequência da 1.^a Assembleia Nacional de Acompanhantes, a formação de animadores constituiria uma das preocupações centrais do MAAC. Para suportar um processo que também era de problematização e de aprendizagem por parte dos já envolvidos nos grupos de crianças, foram elaboradas, em 1984, duas publicações específicas, com a exposição dos princípios estruturais do movimento e algumas sugestões de atividades a desenvolver.

Na introdução à publicação sobre a dimensão internacional do MAAC, é explicitada a recusa na atribuição às crianças da qualidade de “homens para o futuro” e que apenas têm de aprender”. E é efetuada a defesa da imagem da criança como “desde já uma pessoa e não um objeto que temos de domesticar”¹⁴. Esta perspetiva permitia fundar as linhas identitárias sobre o protagonismo das crianças na transformação da sociedade e da Igreja.

Ainda na mesma publicação, eram expostos diversos exemplos da atuação de grupos integrados no MIDADE, nomeadamente no Brasil (Marcação e Mosoró), no Chile, no Chade, na Jordânia, no Sri Lanka, em Espanha (Canárias) e em França, para além de Portugal (Curraleira, Fontainhas, Trafaria). Tratava-se de uma seleção vincadamente não eurocêntrica e que privilegiava continentes ou

¹⁴ Dimensão Internacional. Acções de Grupos de Crianças, Lisboa, MAC, 1984 [mimeo., 43 p.], p. 1.

regiões não desenvolvidos, traduzindo a distribuição geográfica do organismo internacional e, simultaneamente, a afinidade entre o MAAC e alguns dos seus congéneres.

A segunda publicação de 1984 fornecia sugestões aos animadores para as suas atividades de grupo. As propostas eram organizadas de acordo com as principais linhas identitárias do MAAC. Atenção à vida das crianças, relação entre as brincadeiras e a vida, evangelização do meio por intermédio da ação transformadora das crianças e opção preferencial pelos pobres. Neste último item, o MAAC era apresentado como “lugar e espaço de encontro das crianças mais pobres de todos os meios (marginais, operários, rurais...)”. E eram referidas as “crianças que precisam de trabalhar, que não têm tempo para brincar, que não vão à escola, que são maltratadas, abandonadas, deficientes ou que vivem às portas da delinquência...”¹⁵.

No ano da adesão dos estados ibéricos à atual União Europeia, o MAAC requer a filiação no MIDADE, durante o 7.º Encontro Internacional, realizado nas Canárias. Portugal torna-se o quinto país europeu com movimentos de crianças filiados naquela organização católica internacional, a par, na ocasião, de Espanha, França, Itália e Suíça. No mesmo encontro de 1986, ocorre a adesão do movimento de crianças do Canadá.

Vizinhos e familiares

Como criança do MAAC naquele tempo o que mais me marcou foi o convívio e a vivência entre famílias. O grupo reunia-se uma vez por semana; era com enorme satisfação que ia ao MAAC.

Havia muitas atividades, desde dança, cânticos e festas.

O Movimento constituía-se com muitos jovens, adultos e crianças.

Os acompanhantes eram vizinhos dos bairros e familiares.

[Sandra Semedo, do grupo do Centro de Convívio da Associação Cabo-verdiana. Questionário n.º 47, 2010].

A formulação do pedido de adesão caracteriza o MAAC e remete para o percurso já efetuado em Portugal. A reivindicação de uma memória é, aliás, patenteada em sucessivos documentos e até à atualidade. Num ainda reduzido período, era notada a diferença no perfil dos acompanhantes. Em 1986, provinham do mesmo meio das crianças, depois de, no início, serem, sobretudo, professores ou estudantes.

¹⁵ *Pistas para Acompanhar um Grupo de Crianças*, Lisboa, MAC, 1984 [mimeo., 39 p.], p. 31 (Arq. MAAC).

Peçam ao tio para gravar

A nível nacional, recordo o Encontro na Quinta do Álamo, Seixal... já lá havia estado num ano anterior a acompanhar a minha mãe... mas desta vez era mais importante, a participante era eu! Desde a euforia na viagem de comboio até Lisboa e na travessia do rio Tejo, o entusiasmo durante toda a semana nas diversas atividades e o culminar na “conferência de imprensa”... sim, eu tinha sido uma das escolhidas para a apresentação das conclusões da atividade aos meios de comunicação! Liguei em pulgas aos meus pais: eu ia aparecer na televisão (“peçam ao tio para gravar!”)! E assim foi, naquele dia eu, e mais duas crianças, aparecemos na televisão!

Do MAC ficaram memórias de brincadeiras, lugares, encontros e reflexões, à nossa maneira. Ficam alguns amigos e muitos conhecidos.

[Elisa Ribeiro, criança do grupo de Joane (Vila Nova de Famalicão) entre 1992 e 1994. Questionário n.º 6, 2011.]

Durante a 3.^a Assembleia Nacional de Acompanhantes, realizada também em 1986, no Seixal, processar-se-ia a transição na liderança do MAAC. Numa assembleia que contou com elementos provenientes da Curraleira, Fontainhas, Maiorga, Olivais Sul/Bairro do Relógio, Pedreira dos Húngaros, Prior-Velho, Porto e Setúbal, Ana Sousa seria escolhida como coordenadora nacional, substituindo Adelino Sousa, então eleito para a equipa europeia do MIDADE¹⁶. Acompanhante dos grupos de Maiorga, na região de Alcobaça, Ana Sousa representava uma nova geração de responsáveis do MAAC, depois de dois educadores e ex-militantes da JEC: Isabel Paes, até à institucionalização, e Adelino Sousa, entre 1984 e 1986.

2.2. O MAAC no seminário europeu em Lisboa

Em abril de 1988, o MIDADE promoveria em Lisboa um seminário internacional sobre a Europa das crianças. Contaria com a participação de membros das organizações filiadas de Espanha, França, Itália, Suíça, Irlanda e Bélgica, para além de Portugal. O Padre Jardim Gonçalves e Ramon Pons foram os especialistas presentes¹⁷.

Os documentos preparatórios foram apresentados em prévia reunião da equipa europeia, realizada em Dublin. Os textos que se referem a Portugal fornecem, neste ciclo de estabilização inicial da dinâmica instituída em 1984-1986, uma auto representação do MAAC, incluindo as perspetivas fundamentais sobre a criança, os acompanhantes, a metodologia do movimento e o sentido da evangelização. Ao mesmo tempo, transparecem algumas dificuldades na implementação de um organismo deste tipo.

¹⁶ Cf. *Crianças em Acção*, n.º 11, 1986.

¹⁷ Cf. *Crianças em Acção*, n.º 18, 1988, p. 2-5.

Em primeiro lugar, eram identificadas diferentes situações que marcavam a vida das crianças em Portugal no período de integração europeia. Eram referidos o fraco poder económico, a separação das famílias (abandonos, emigração), as carências alimentares, a punição, a repressão ou o testemunho de violência entre adultos.

O MAAC encontrava-se aberto a todas as categorias sociais, atribuindo prioridade às crianças mais pobres, dos meios marginalizados: bairros clandestinos, ciganos, emigrantes cabo-verdianos, não escolarizados, filhos de prostitutas, crianças abandonadas. Mas também eram destacadas as crianças dos meios rurais ou operários, cujos pais possuíam poucos recursos económicos ou se encontravam no desemprego.

Uma atividade que mexeu com toda a comunidade paroquial

No bairro onde vivi com várias etnias incluindo a etnia cigana foi possível conviver em grupo [...]. Todas as crianças do Bairro conheciam e gostavam de ir ao MAAC ao sábado à tarde.

Numa altura fizemos um intercâmbio de um fim de semana com crianças institucionalizadas convidando-as a passar um fim de semana em casa das famílias das crianças do MAAC do bairro. Refletimos o trabalho infantil e o insucesso escolar, tema que na altura muitas dessas crianças eram vítimas. Fizemos uma noite recreativa. Depois as crianças foram duas a duas dormir em diferentes famílias. No domingo participámos na eucaristia da paróquia sendo na mesma animada pelas crianças. Terminámos este intercâmbio com um almoço partilhado pelas famílias das crianças do Bairro (...). Uma atividade que mexeu com toda a comunidade paroquial.

[Teresa Costa, acompanhante no grupo de São Tiago de Antas (Vila Nova de Famalicão) desde 1990 e tesoureira do executivo nacional entre 1995 e 1998. Questionário n.º 16, 2012].

No MAAC existiam crianças que trabalhavam. Cerca 20% em tempo integral ou parcial, estudando em simultâneo. Era frequente a inexistência de referenciais religiosos, ao invés do que ocorria com outros que não os de tipo cristão. Os animadores eram jovens ou adultos provenientes dos mesmos meios que as crianças e direcionavam-se aos locais onde as crianças viviam ou trabalhavam. No movimento, as crianças tratavam do meio envolvente, da escola, da família, dos tempos livres. Desenvolviavam ações coletivas de reivindicação (“queremos um bairro próprio”), de relação (festas entre grupos diferentes), de organização (campos de férias) ou de tipo caritativo (peditórios para ajudar na construção de uma casa)¹⁸.

¹⁸ Cf. MIDADE Europe. *Realités de Vie des Enfants en Europe. Rencontre de l'Equipa Européenne*, Dublin, du 20 au 30 Octobre 1987 [mimeo., 44 p.], p. 15-19 (Arquivo Pessoal de António Matos Ferreira, doravante Arq. AMF; Arq. AMF/MC/ACP/MAC1).

As imagens da criança e do trabalho do acompanhante que transparecem destes documentos preparatórios correspondem às perspectivas de fundo que haviam sido formuladas pelo MAAC no período inicial. Se a sociedade, em geral, considerava a criança como “um possível Homem Futuro” e, por isso, sem “lugar nem voz”, os acompanhantes do movimento “vão permitir à criança ter mais dignidade humana”. As monografias escritas, entretanto realizadas, permitiam aos adultos fixar e problematizar, nas suas dinâmicas formativas, os encontros com as crianças, sistematizando a sua densidade e formulando propostas¹⁹.

Era percepção dos responsáveis do MIDADE que a Europa de meados dos anos 1980 evoluíra de um modelo de cristandade para um paradigma de secularização. As revoluções industriais contribuíram para a transformação de uma sociedade animada, orientada e dirigida pelos princípios religiosos. Nas sociedades secularizadas, a Igreja perdera poder social e político para impor com a força de outrora os seus princípios. Com esta transformação, o sentido da evangelização também havia sido modificado. Antes, equivalia à imposição dos princípios cristãos e para isso a Igreja ocupava os postos chave da economia e da sociedade. Num quadro de secularização, evangelizar consistia em possibilitar às pessoas uma tradução do sentido do Evangelho nas suas vidas²⁰.

Neste sentido, o MAAC não fornecia “respostas feitas”, antes proporcionava “uma proposta [...] que ajudava as crianças e os acompanhantes a tomarem a vida nas suas mãos”. Paradoxalmente, esta metodologia constituía uma das dificuldades para a expansão do movimento. Assente na revisão de vida, por seu turno, realizada com base no instrumento das monografias, o método não era isento de dificuldades. Desde logo porque o processo de formação de animadores era complexo, porque se tratava de uma certa novidade. Não se tratava de “catequizar as crianças mas sim de, em conjunto com elas, descobrir como o Evangelho já está presente na sua vida e como pode ser aí um motor que impulsiona a acção”. Como os “acompanhantes não foram formados neste sentido”, era extremamente complexo iniciar os adultos no exercício de funções de animação²¹.

Como a “revisão de vida implica transformação” ou “agir perante as situações de vida” as dificuldades do movimento adensavam-se. Na sua atuação, podiam ser geradas situações incómodas, para a sociedade e para a Igreja. Ainda assim, a avaliação de um trajeto ainda limitado no tempo permitia identificar uma baixa capacidade de interpelação do movimento: “os grupos que realizam ações

¹⁹ Portugal. Seminário Europeu. Análise às monografias. Análise de Vida, sd [mimeo., 16 p.], p. 10 (Arq. AMF/MC/ACP/MAC/2).

²⁰ Cf. MIDADE Europe. *Realités de Vie des Enfants en Europe. Rencontre de l'Equipa Européenne*, Dublin, du 20 au 30 Octobre 1987 [mimeo., 44 p.], p. 35-38 (Arq. AMF/MC/ACP/MAC/1).

²¹ Portugal. Seminário Europeu. Análise às monografias. Análise de Vida, sd [mimeo., 16 p.], p. 15 (Arq. AMF/MC/ACP/MAC/2).

interpelam os que vivem perto (bairro, família, comunidade...), mexem com uma pequena parte da sociedade e da Igreja que são os bairros ou paróquias onde os grupos estão inseridos”. Por outro lado, os grupos continuavam a ser observados como uma “catequese paralela”, dando origem a outro tipo de conflituosidade na rede paroquial da Igreja portuguesa²².

Ainda no plano internacional, realizar-se-ia nos últimos dias de outubro de 1988, em Sasseiros (Oeiras), um encontro ibérico sobre crianças marginalizadas. A relação com o movimento espanhol continuava a ser privilegiada. Aliás, o problema da marginalização já havia sido abordado num outro seminário, realizado em Saragoça no ano de 1985.

Formado por impulso do MIDADE, o MAAC consolidava-se em interação com os seus congéneres europeus. A acentuação desta vertente poderá ter sido facilitada, neste período pós-1986, pela integração de Adelino Sousa na coordenação internacional. Residindo em Paris, participou na 4.^a Assembleia Nacional de Acompanhantes, em 1988²³. No entanto, as conexões com o MIDADE seriam constantes. Em 1991, seria Marie Thérèse Panheleux a visitar o MAAC, nomeadamente em Setúbal, Lisboa e Funchal²⁴. A mesma coordenadora europeia assumiria a defesa do MAAC perante os poderes públicos regionais da Madeira, no curso do caso das “caixinhas”, em 1993. Em 1995 e 1996, também Jean-Luc Poncin viria a Portugal, acompanhando a comissão de gestão então constituída.

2.3. A institucionalização de uma rotina do movimento

A consolidação do MAAC implicou a estabilização de uma série de estruturas destinadas a assegurar o seu funcionamento regular. A sua criação ocorreu, sobretudo, até 1986. Após essa data, a consolidação coube a uma nova geração de responsáveis, que não os promotores originários do movimento. Por outro lado, ocorreu o alargamento da experiência às dioceses de Braga e do Funchal, diversificando os elementos, mas também os problemas. A gestão da comunicação interna e a coordenação centralizada foram inevitavelmente complexificadas.

A correlação entre as estruturas locais e nacionais do MAAC não constituía uma tarefa linear. Para além de um núcleo executivo, formado pelo coordenador nacional, um tesoureiro e um secretário, era formada uma equipa nacional com representantes das dioceses. Em cada diocese, era mantida uma equipa diocesana para coordenação local. Perante a dispersão do movimento em cada região, era, ainda, intenção dos responsáveis manter núcleos de zona para acompanhantes e/

²² Portugal. Seminário Europeu. Análise às monografias. Análise de Vida, sd [mimeo., 16 p.], p. 8-10 (Arq. AMF/MC/ACP/MAC/2).

²³ Cf. “Visita ao MAC (Portugal) du 30 Sept. au 9 Oct.88” [mimeo., 14 p.] (Arq. MAAC).

²⁴ Cf. “Acta do encontro da Equipa Nacional nos dias 16/17 de Novembro 91” [mimeo., 4 p.] (Arq. MAAC).

ou crianças. Finalmente, os grupos de crianças requeriam uma dinâmica regular e intensa. Na realidade, pretendia-se a manutenção de quatro níveis distintos de funcionamento: “nacional, diocese, zona, grupo-base”. Simultaneamente importava produzir, tendo como base os contributos dos vários grupos de dioceses distintas, duas publicações periódicas (com três ou quatro números por ano), assegurar a iniciação e a formação continuada de acompanhantes, realizar encontros periódicos de âmbito não apenas local, assegurar a representação em diferentes redes eclesiais, envidar esforços de divulgação do movimento para iniciá-lo em outros contextos.

Inserido em diferentes contextos sociais, o MAAC foi adotando distintas dinâmicas de funcionamento. Em Setúbal, por exemplo, foram formados, nos anos 1980 e 1990, grupos em zonas rurais (Aqualva de Cima, Lagoa do Calvo e Lagameças, aqui sob o impulso das Irmãs do Campo) e em bairros operários (Feijó, Laranjeiro, Lavradio e Quinta do Conde, sob impulso das Auxiliadoras da Caridade e dos Filhos da Caridade, e, em Setúbal, no Bairro da Conceição e no Bairro da Prisão).

A ovelha

No dia que me convidaram a entrar no MAAC, não sabia o que iria viver neste movimento. Depois de uma reunião acabei por ficar como coordenadora diocesana, na altura penso que por ser a mais jovem e sem compromissos. Com o passar do tempo fui-me “apaixonando” pelo MAAC, o grupo de crianças era indescritível, ficavam felizes com tão pouco. Em relação à equipa nacional, conheci pessoas muito diferentes e tão especiais e com as quais aprendi muito, onde partilhávamos as nossas experiências e angústias vividas nos grupos. Tive muitos momentos marcantes que gostaria de partilhar, dentro dos quais posso destacar a nossa festa de natal. Salvo erro em 1998, em que as próprias crianças iam construindo o presépio e a dada altura entra na sala uma criança com uma ovelha e que nos disse, que a tinha trazido para participar também na festa.

[Susana Parreira, acompanhante na paróquia de Nossa Senhora da Conceição (Setúbal) entre 1998 e 2002. Questionário n.º 48, 2010].

Entre as inovações estruturais deste período, conta-se o lançamento dos Encontros Nacionais de Formação de Acompanhantes (ENFA). Esta iniciativa correspondia a um dos problemas centrais do movimento: o perfil dos acompanhantes numa iniciativa marcada por uma pedagogia específica e direcionada para crianças de perfil próprio e que não correspondia à tipologia mais usual na Igreja portuguesa.

Na 5.^a Assembleia Nacional de Acompanhantes, era efetuado um ponto da situação sobre as crianças envolvidas no MAAC: quase seis centenas, distribuídas por 48 grupos-base, dioceses de Lisboa, Setúbal, Braga e Funchal. Entre as crian-

ças (com idade inferior a 14 anos), encontravam-se 36 que trabalhavam, 31 que não frequentavam a escola, 150 cabo-verdianos e 4 deficientes. O divórcio dos pais abrangia cerca de uma centena de crianças. Também este cenário contribuía para que a formação inicial dos animadores e a gestão das suas competências ao longo do tempo consistissem em elementos vitais para o movimento²⁵.

Realizado em Vila Nova de Gaia, em outubro de 1987, o 2.º ENFA teria como ponto de partida as visitas efetuadas a alguns grupos de crianças da diocese do Porto e as monografias sobre os grupos que haviam sido produzidas pelos participantes. O objetivo consistiria na problematização do papel do acompanhante, na relação com os problemas do meio (consciencialização e denúncia), na promoção de atitudes de fé e na definição de ações transformadoras²⁶. Paralelamente a esta dinâmica nacional (prosseguida em 1989 e 1991), as dioceses também organizavam encontros para formação de animadores, correspondendo a uma preocupação com origens no ciclo de lançamento do MAAC.

Em 1987, surge uma nova publicação de apoio à iniciação de acompanhantes, com a exposição sistemática de cinco principais linhas de identidade do MAAC. Tratava-se de um movimento onde as crianças partilhavam a sua vida, desenvolviam uma ação transformadora, descobriam e revelavam Jesus Cristo, tinham uma participação ativa e viviam uma dimensão internacional. Cada um destes itens era desenvolvido de acordo com um esquema comum: orientações de fundo, formas do acompanhante promover a específica linha de identidade e vias de aprofundamento.

Nesta publicação também constavam sugestões para encontros de iniciação de acompanhantes e para primeiras atividades com crianças. Apresentadas como instrumentos pedagógicos do animador, as monografias mereciam igualmente um destaque particular, com indicações sobre as suas especificidades e a forma de elaboração²⁷.

Datam também deste período o lançamento dos encontros nacionais de crianças e a institucionalização de uma equipa nacional de crianças. Convirá referir que a assembleia nacional de acompanhantes, para a qual as crianças elegem delegados, constitui o principal órgão decisório do MAAC. Na sequência do ENFA de 1991, começou a funcionar a equipa nacional de crianças. Na 6.ª Assembleia Nacional de Acompanhantes, realizada em Braga, em 1992, a experiência foi reconhecida, sendo prevista a realização do Encontro Nacional de Crianças. Esta iniciativa enquadrava-se no lema ponderado para 1992-1994 – “Movimento nas

²⁵ Cf. “Assembleia Geral de Acompanhantes do M.A.C. Seminário dos Olivais, 5-7 de Outubro de 1990” [mimeo., 15 p.] (Arq. MAAC).

²⁶ Cf. *Crianças em Acção*, n.º 16, 1987, p. 5-6.

²⁷ Cf. *Pistas de Orientação para a Formação de Acompanhantes*, Lisboa, MAC, 1987 [mimeo., 37 p.] (Arq. MAAC).

mãos das crianças onde elas têm uma participação activa” – e provinha da equipa nacional, que, no anterior, assentara em propor Teresa Caires (Funchal) para o cargo de coordenação geral²⁸.

Sabia que ia representar o meu grupo

(...) Participei em três encontros de delegados: o encontro na Lousã no dia antes do ENCA e nos outros dois encontros de preparação para a Assembleia Nacional, um no Porto outro em Aveiro.

Sabia que ia representar o meu grupo, e nos encontros de preparação para a assembleia sabia que com o Ruben Felício representávamos não só o nosso grupo como também toda a diocese de Santarém. Como delegada entendia que tinha um papel muito importante enquanto representante de um grupo. Marcou-me pessoalmente o encontro da Lousã que antecedia o ENCA. Tanto o ENCA como o encontro de delegados foram momentos de grande festa! Lembro-me que no encontro da Lousã levávamos as opiniões do grupo e tínhamos de partilhar!

[Teresa Gomes, criança no Movimento entre 2005 e 2008 e acompanhante desde 2008 no grupo da Louriceira (Alcanena). Questionário n.º 46 A, 2012].

Realizada em 1995, a 2.^a Assembleia Nacional de Crianças contou com a participação de um grupo da região de Santo Tirso, para além da animadora, Maria de Lourdes Ribeiro. Estava em curso o processo de reativação do movimento na diocese do Porto. O coordenador-europeu do MIDADE, Jean Luc Poncin, apresentou problemas experimentados pelas crianças nos países onde a organização se encontrava implementada. Foram igualmente discutidos temas que diretamente se referiam ao movimento, traduzidos em deliberações sobre a presença do Porto na equipa nacional ou a responsabilidade pela feitura de um jornal²⁹.

Ainda em 1992, as publicações periódicas foram atribuídas à equipa nacional (jornal dos acompanhantes) e a um grupo específico (jornal das crianças), no caso os adolescentes do Lavradio. O mesmo modelo já havia sido ensaiado na 5.^a Assembleia Nacional de Acompanhantes. Sobre aquele grupo da diocese de Setúbal, foi igualmente aprovado, ainda em 1992, o lançamento de uma experiência-piloto, destinada à formação de acompanhantes.

O alargamento a adolescentes de um movimento de crianças e a conexão com outros escalões juvenis começavam a ser ponderados, num processo que culminou em 1996, com a transformação do MAC em MAAC. O problema era

²⁸ Cf.: “Acta do encontro da Equipa Nacional nos dias 16/17 de Novembro 91” [mimeo., 4 p.]; “VI AGA. Braga. 3, 4, 5/10/92. Avaliação da Equipa Nacional” [mimeo., 1 p.]; “VI AGA. Braga. 3, 4, 5/10/92. Elaboração do Plano de Acção 92-94” [mimeo., 2 p.] (Arq. MAAC).

²⁹ Cf. “II Assembleia Nacional de Crianças” [1995, mimeo., 2 p.] (Arq. MAAC).

colocado nos seguintes termos: “Somos um grupo de adolescentes. Algumas de nós fazemos parte do MAC há 7 anos. [...] Por um lado, já não temos idade para fazer parte de um grupo; por outro lado, não nos sentimos preparadas para sermos acompanhantes. Não queremos deixar o MAC”³⁰.

Esta questão dos adolescentes e da continuidade do movimento já havia sido colocada em 1990. Num inquérito dirigido às dioceses antes da 5.^a assembleia de acompanhantes e destinado à sua preparação, eram traduzidas as dificuldades na integração dos adolescentes saídos do MAAC em outros grupos ou organizações. Em Lisboa, efetuava-se algum recrutamento de novos acompanhantes. Em Braga e Setúbal, a JOC constituía o horizonte de integração pretendido. No Funchal, prosseguia o acompanhamento dos adolescentes³¹. Na já referida 2.^a Assembleia Nacional de Crianças, em 1995, o tema voltou a ser debatido, ainda que tenha sido adiada uma deliberação³².

É ainda neste período de estabilização que a integração do movimento nas redes eclesiais e cívicas começa a ocorrer, com alguma regularidade. Como já foi referido, o MAAC participara nas jornadas comemorativas do 50.^o aniversário da Ação Católica, em 1983. Agora, o leque de interações é alargado e o registo de presenças assume maior frequência. Em 1988, regista-se a participação no Congresso Nacional dos Leigos. Dois anos volvidos, no Encontro Nacional da Pastoral Operária, com o MAC a ser oficialmente reconhecido como membro efetivo. Em 1994, no Conselho Nacional de Movimento e Obras (CNMO), do apostolado de leigos católicos.

Dar uma oportunidade ao movimento

O episódio que mais me marcou a nível pessoal foi no encontro da Pastoral Operária onde conheci o movimento. Marcou muito o convívio com as crianças e os acompanhantes o que me cativou e me fez iniciar o MAAC na zona de Santo Tirso com a Luísa do Vale (elemento da LOC).

Tenho muitas recordações das crianças e dos adolescentes que acompanhei. Um dos episódios que mais me marcou foi na paróquia de S. Miguel do Couto, durante os ensaios para a missa de natal. Nessa altura o MAAC era desconhecido nesta zona e foi difícil de enraizar, porque as crianças que eu reuni eram rebeldes e algumas de famílias desfavorecidas. O pároco colocou muitas reservas, e eu pedi-lhe para dar uma oportunidade ao movimento, no final de alguns ensaios conturbados, correu tudo bem e fomos aceites por toda a freguesia.

[Cristiana Ferreira, criança no Movimento entre 1992 e 1995 e acompanhante entre 1996 e 1998 em Burgães (Santo Tirso). Questionário n.º 35, 2010].

³⁰ *Crianças em Acção*, n.º 1, 1991, p. 3.

³¹ Cf. “Síntese da avaliação dos dois anos” [sd., manusc., 13 p.] (Arq. MAAC).

³² Cf. “II Assembleia Nacional de Crianças” [1995, mimeo., 2 p.] (Arq. MAAC).

Na 5.^a Assembleia Nacional de Acompanhantes (1990), a participação na pastoral operária (a nível diocesano e nacional) e a relação com o Secretariado da Ação Católica, com a JOC e com o ARCO (neste caso, uma especificidade da diocese do Funchal) constituíam objetivos para o biénio seguinte. Na 6.^a assembleia (1992), era acrescentada a Confederação Nacional de Ação sobre o Trabalho Infantil (CNASTI), o Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos e especificados alguns organismos da Ação Católica (LOC, JOC e JARC) ³³.

2.4. O caso das caixinhas na Madeira

Em 1993, o MAAC na diocese da Madeira denunciou publicamente a existência de maus tratos e de agressões aplicados por agentes da Polícia de Segurança Pública e por vigilantes de espaços comerciais sobre as “crianças das caixinhas”, expressão pela qual eram conhecidas as crianças que pediam dinheiro ou vendiam alguns bens, como postais, no centro turístico da cidade do Funchal. Num caso com considerável repercussão mediática, os dirigentes locais do movimento elaboraram uma exposição junto da Amnistia Internacional e apresentaram queixa por escrito junto do provedor de Justiça e procurador-geral da República. Alguns textos da imprensa regional eram igualmente visados, porque não raras vezes tais crianças eram retratadas como “uma autêntica praga”, autoras de “roubos” e suscetíveis de “prejudicar seriamente a Madeira como destino turístico”.

Já em 1990, tinha sido promovida a redação de uma carta das crianças ao comandante da polícia local com reclamações sobre a desproporção de meios usados pelos agentes de segurança. E, em 1992, o julgamento do padre Frederico tinha sido ocasião para o MAAC denunciar a exploração sexual de menores na mesma região³⁴.

Estas posições assentavam na atuação do movimento junto de crianças de parques recursos sociais, económicos e culturais. No Funchal e em Câmara de Lobos, tinha sido desenvolvido, desde o início da década de 1990, o projeto Escola Aberta, destinado a promover a alfabetização de crianças de rua. Tratava-se de uma das iniciativas do MAAC do Funchal destinadas a promover as crianças e os seus direitos. A par da Escola Aberta, regista-se a integração da Associação de Defesa dos Direitos da Criança, responsável pela Linha SOS-Direitos da Criança³⁵.

³³ Cf.: “Assembleia Geral de Acompanhantes do M.A.C.. Seminário dos Olivais, 5-7 de Outubro de 1990” [mimeo., 15 p.]; “VI AGA. Braga. 3, 4, 5/10/92. Elaboração do Plano de Acção 92-94” [mimeo., 2 p.] (Arq. MAAC).

³⁴ Cf.: *Público*, 1.10.1993; *Jornal da Madeira*, 1.10.1993.

³⁵ Cf. Edgar Silva – *Os Bichos da Corte do Ogre Usam Máscaras de Riso*. Funchal: Editorial Eco do Funchal, 2010, p. 76-88.

Este tipo de atuação e as denúncias públicas de 1993 consistiam na aplicação da metodologia adotada (ver – julgar – agir – celebrar pelo movimento). As consequências políticas, judiciais e eclesiais seriam imediatas e prolongar-se-iam no tempo, sobretudo a relação entre o bispo do Funchal e o movimento local.

Em 1993, algumas autoridades judiciais responderam às denúncias com expressões como “demagogia” ou acusando os responsáveis do MAAC de beneficiar politicamente com a prática da prostituição infantil. As afirmações mais graves foram proferidas pela delegada do procurador da República e curadora de menores no Tribunal de Menores do Funchal, Encarnação Pires, em declarações à imprensa. O Comando Regional da PSP do Funchal aventou a possibilidade de abertura de procedimento criminal contra os responsáveis do MAAC por injúria e ofensa. O Governo Regional interrompeu os apoios financeiros e técnicos, incluindo pessoal especializado, à Escola Aberta³⁶. A diocese do Funchal encerrou a sede que havia cedido ao movimento.

O MIDADE solidarizar-se-ia com o MAAC do Funchal. Numa declaração assinada pelo assistente internacional, Antonio Gómez-Cantero, a atuação do movimento local era integrada na campanha internacional do MIDADE contra a exploração de crianças, iniciada no Zaire em 1990. Neste último documento, é vincado que as atividades do MAAC da Madeira “ao serviço das crianças mendigas, delinquentes e trabalhadoras correspondem a orientações do Movimento Internacional”. Era ainda bem expressa a filiação no MIDADE, uma Organização Internacional Católica, reconhecida pela Santa Sé e com estatuto consultivo na Organização das Nações Unidas. Posteriormente, o secretariado internacional promoveria a recolha de fundos para suportar a audição em tribunal da responsável pelo MAAC, Conceição Henriques³⁷.

No ano de 2000, a representante da diocese do Funchal relatava em reunião da equipa nacional do MAAC que as tentativas de contacto com o bispo local, D. Teodoro de Faria, não obtinham resposta. Persistindo a conflituosidade, a equipa nacional reuniria, em 2002, precisamente no Funchal. Na ocasião, o executivo, composto por Maria de Lourdes Ribeiro, Carla Santos e Pe. Lúcio Nogueira, seria recebido em audiência por D. Teodoro. Os responsáveis locais não tomariam parte nessa reunião com o bispo, mas a coordenadora nacional anunciava que, para o efeito, seria agendado novo encontro, possibilitando a normalização da situação do movimento na Madeira³⁸.

³⁶ Cf.: *Diário de Notícias*, 16.10.1993; *Público*, 17.10.1993; *Diário de Notícias. Madeira*, 20.10.1992; *Jornal da Madeira*, 18.10.1993.

³⁷ “Declaração do Secretariado Internacional do MIDADE, Paris, 27 de Outubro de 1983” [mimeo. 1 p.]. Cf, também, “MIDADE. Secrétariat Générale, Campagne de Solidarité Internationale avec de MAC de Madère (Portugal)”, Paris, le 1er novembre 1993” [mimeo. 1 p.]. (Arq. MAAC).

³⁸ Cf.: “Memória da última reunião da Equipa Nacional. Local: secretariado da JOC. Lisboa 01.01.2000” (Arq. MAAC); *Notícias do Funchal*, 4.2.2002.

2.5. A formação de uma Comissão de Gestão

Em 1996, a coordenação nacional demite-se. Em maio, decorre uma primeira reunião da comissão de gestão então formada. Em breve, deveria decorrer a regular Assembleia Nacional de Acompanhantes (a última tinha decorrido em 1994), mas a sua preparação era dificultada pelas demissões. Estão presentes responsáveis de Braga, Funchal e Lisboa, a ex-secretária da equipa executiva demissionária, Conceição Henriques, e o coordenador europeu do MIDADE, Jean Luc Poncin. Setúbal, de onde era originário o coordenador nacional, não teve representante. Registava-se, ainda, a presença de um representante do Porto³⁹.

A realização de uma reunião do órgão máximo do MAAC ainda no ano de 1996 não recolhia unanimidade, nem sequer era reconhecida a inadiável premência de um executivo nacional. Todavia, seria alcançado um acordo no sentido da fixação de uma data para a 8.^a Assembleia Nacional de Acompanhantes. Já em 1995, a necessidade ou a utilidade de órgãos nacionais tinham sido discutidas. As especificidades do movimento em algumas dioceses poderiam, segundo alguns dos seus membros, dispensar uma estrutura complexa e, para além do mais, extremamente absorvente⁴⁰. Para fazer face ao problema da disponibilidade pessoal e profissional para cargos de nível nacional, o coordenador europeu coloca, na comissão de gestão formada em 1996, a hipótese de especialização e de remuneração. A questão não era inédita. Adelino Sousa referira essa possibilidade ainda em 1985⁴¹.

3. O relançamento do MAAC (a partir de 1996)

Com a realização da 8.^a Assembleia Nacional de Acompanhantes, em 1996, o MAAC entra numa nova fase. As características centrais do novo período consistem numa maior estabilização, nomeadamente com a regularização da dinâmica interna, o alargamento a mais dioceses, a reativação após as crises ocorridas em algumas regiões, a aprovação formal dos estatutos pela Conferência Episcopal Portuguesa, a regularização da pertença a redes eclesiais e cívicas e ainda a manutenção de publicações periódicas.

Organizada pela comissão de gestão formada na sequência da demissão do coordenador nacional, a 8.^a assembleia de acompanhantes ocorre em Singeverga, sob o lema “A construção do mundo e da Igreja é também tarefa das crianças”. Contaria com elementos das dioceses de Braga, Setúbal, Lisboa, Porto e Funchal.

³⁹ Cf. “Movimento de Apostolado das Crianças. Lisboa, 17 e 18 de Maio de 1996” [manusc., 15 p.] (Arq. MAAC).

⁴⁰ Cf. “Reunião da Equipa Nacional, em Lisboa, a 7 e 8 de Janeiro de 1995” [manusc., 6 p.] (Arq. MAAC).

⁴¹ Cf. “Relatório do trabalho de coordenação de Adelino Sousa em 84-85” [sd., mimeo., 4 p.] (Arq. MAAC).

Como convidado, registava-se a presença do coordenador da Pastoral Operária, Serafim Vieira, e dos padres António Martins e Fernando Mota, ambos do Porto.

Foi deliberada nova adesão da diocese do Porto e a alteração estrutural que daria origem à integração formal de adolescentes. A sigla MAC era substituída pela atual, MAAC. Seria ainda eleito um novo núcleo de coordenação nacional, liderado por Maria de Lourdes Ribeiro, precisamente do Porto, e proveniente dos movimentos operários da ação católica. O seu mandato como coordenadora nacional seria renovado em 1999 e estender-se-ia até 2002. Suceder-lhe-ia Carla Santos e, em 2008, José Carlos Antunes, igualmente com passagens pela JOC.

Entre as questões debatidas na 8.^a Assembleia Nacional de Acompanhantes, regista-se a formação de acompanhantes, o apoio às crianças mais desfavorecidas, os direitos das crianças de todas as etnias, a denúncia de situações de violação dos seus direitos, o seu maior protagonismo, incluindo a atribuição de uma voz ativa na escola, na família, no meio onde vivem e ainda na Igreja. A constituição de uma equipa nacional de crianças ao longo de três anos, a recuperação do periódico *Crianças em Acção* e a divulgação do movimento nas paróquias e em outras dioceses estavam ainda entre as conclusões da assembleia. Note-se ainda a intenção de “escrever a história do MAAC em Portugal”⁴².

A apresentação da situação do movimento em cada diocese fornece-nos um ponto da situação após uma crise a nível nacional. Em Braga, eram referidos os trabalhos sobre a discriminação e “a celebração da passagem de elementos do M.A.C. para a J.O.C.”. No Funchal, eram sublinhadas as ações com a OIKOS, organização não-governamental, e o trabalho em torno dos direitos da criança. Em Setúbal, destacava-se a presença na campanha contra a instalação de uma incineradora na região e a realização de um encontro sobre a ação católica e a pastoral operária. O recomeço no Porto já se traduzia em cinco grupos, com cerca de meia-centena de crianças e dez acompanhantes, que promoviam encontros regulares entre si e recorriam a iniciativas de formação organizadas pela diocese de Braga⁴³.

No plano da formação de acompanhantes, é recuperada, logo em 1997, a regularidade dos ENFAS. Datava de 1991 o último encontro registado. Até 2008, decorrem de três em três anos, em Braga ou no Porto.

Após 1996, o MAAC é oficialmente reconhecido nas dioceses de Coimbra (1999), Santarém (2005), Leiria (2005), Angra (2008) e Aveiro (2008), validando o trabalho até então realizado. Na diocese da Guarda, foram constituídos grupos nas zonas de Cortes e Bouça, nos anos de 2004 e 2005, mas a adesão formal não chegou a ocorrer. Já em 2001 tinham existido contactos para a instalação do

⁴² Cf. “8.^a Assembleia de Acompanhantes do MAAC” [sd., mimeo., 1 p.] (Arq. MAAC).

⁴³ Cf. Acta da 8.^a Assembleia Nacional Extraordinária de Acompanhantes, Singeverga, 5.10.1996” [manusc., 3 p.] (Arq. MAAC).

MAAC na região da Covilhã, como aliás em Viseu. Todavia, as diligências não obtiveram resultados práticos. Em sentido inverso, ocorreriam interrupções em Lisboa e em Setúbal, duas das dioceses fundadoras. O reconhecimento formal da sua reativação plena teve lugar já em 2011.

Em 2001, a Conferência Episcopal Portuguesa aprovava os estatutos do MAAC. Como consequência, era concedida personalidade jurídica canónica ao movimento. Simultaneamente, era concedida uma sede nacional em Coimbra, depois da instalação do secretariado nacional em Lisboa (em 1984) e na Casa Diocesana do Porto (no final da década de 1990).

A aprovação dos estatutos consistia num processo iniciado em 1984, logo na 1.^a Assembleia Nacional de Acompanhantes. Os contactos então estabelecidos com o presidente da Comissão Episcopal do Apostolado dos Leigos, D. José Policarpo, não permitiram a fixação de um texto e a formalização do seu reconhecimento. Na década de 1990, as diligências prosseguiram, agora com D. António Marcelino. Em 2001, a aprovação dos estatutos pelo episcopado português abria, finalmente, a possibilidade da nomeação de um assistente nacional e do reconhecimento do MAAC como movimento de ação católica.

Uma das implicações da aprovação dos estatutos consistiu na nomeação de um assistente nacional. Tratava-se de uma reivindicação que remontava aos primórdios do MAAC. Em janeiro de 2006, seria, finalmente, viabilizada, quando o Pe. Emanuel Vaz passa a acumular o trabalho na LOC/MTC com o MAAC. Provinha da diocese de Angra do Heroísmo, onde tinha estado ligada ao lançamento do movimento, nomeadamente em Vila Franca do Campo.

Assistente nomeado pela Conferência Episcopal

Um dos acontecimentos que considero que foi marcante para o MAAC foi o facto de termos um assistente nomeado pela Conferência Episcopal. Sinto que este momento foi marcante para o movimento na medida em que foi o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo MAAC e mais importante, as crianças e acompanhantes passaram a contar com a presença discreta mas valiosa do Pe. Emanuel.

[Fernanda Vaz, acompanhante na Lousã desde 1998 e representante do MAAC na coordenação europeia do MIDADE entre 2004 e 2006. Questionário n.º 19, 2010].

Outra consequência da aprovação dos estatutos consistiu na integração do MAAC no Conselho Nacional de Movimentos e Obras (CNMO) do Apostolado dos Leigos. Como já notámos, a participação nesta instância era anterior, mas apenas permitira o estatuto de observador. Em dezembro de 2001, o MAAC aderiria ao CNMO como membro de pleno direito.

Ainda em 2000, a coordenadora nacional do MAAC, Maria de Lourdes Ribeiro, integrou a equipa executiva do Fórum da Ação Católica. Em dezem-

bro, seria a representante portuguesa no Fórum Internacional da Ação Católica, realizado em Roma, por ocasião do Jubileu do Ano 2000. Nas redes da pastoral operária, a presença do movimento seria igualmente mais regular e intensa neste período pós-1996.

Os contactos com a Confederação Nacional de Acção sobre Trabalho Infantil (CNASTI) remontam a 1992, dois anos antes da constituição formal desta associação de combate ao trabalho infantil. Na 6.^a Assembleia Nacional de Acompanhantes, realizada em Braga, entre 3 e 5 de outubro de 1992, foi discutida a participação de um representante na confederação. Em janeiro de 1995, a equipa nacional mantinha a representação⁴⁴. Em outubro de 1997, 40 crianças do MAAC e oito acompanhantes estiveram presentes na Assembleia Nacional sobre Trabalho Infantil, organizada pela CNASTI. Poucos dias depois, membros do movimento marcavam presença numa conferência de imprensa sobre trabalho infantil, em Genebra. Em 1998 e 1999, decorreria na mesma cidade suíça a Marcha Global contra a Exploração do Trabalho Infantil, com a participação de crianças e/ou adolescentes do MAAC.

A relação entre a CNASTI e o MAAC seria marcada por algumas dificuldades. Por ocasião da intervenção do movimento na Marcha Global os problemas agravaram-se. Por essas razões, seria discutida, entre 2000 e 2002, a participação ativa na confederação. Na 10.^a Assembleia Nacional de Acompanhantes, em 2002, seria deliberada a saída do MAAC, na sua dimensão nacional, mantendo-se, contudo, a “disponibilidade para colaboração em acções futuras de parceria”⁴⁵, tal como viria a suceder.

Com data de janeiro de 2001, era dado à estampa o n.º 1 de uma nova publicação periódica do movimento, intitulada *MAAC*. Traduzindo a aproximação que nesta fase pós-1996 ocorreu entre o movimento e os organismos operários da ação católica, a revista surgia como propriedade da JOC, situação que se prolongou até ao n.º 4, de Abril de 2002. Impresso a cores numa gráfica, o novo periódico dirige-se às crianças, aos acompanhantes e a elementos exteriores ao movimento. A sua produção ficou a cargo da coordenação nacional e de um grupo de redatores, nalguns momentos institucionais (as dioceses onde existem grupos de crianças), e conseguiria manter uma regularidade fixa (trianual e, desde 2005, bianual).

⁴⁴ Cf.: Assembleia Geral de Acompanhantes. 3.4.5 Outubro 1992, Braga [manusc.] VI AGA. Braga, 3, 4, 5/10/92. Elaboração do Plano de Acção [mimeo. 2 p.]; Reunião da Equipa Nacional, Sede da JOC, 7-8 de Janeiro de 1995 [manusc., 6 p.]; (Arq. MAAC).

⁴⁵ Cf.: Memória da última Reunião da Equipa Nacional. Secretariado da JOC, Lisboa, 01.01.2000 [mimeo. 2 p.]; Acta da X Assembleia Nacional de Acompanhantes do MAAC, Casa Diocesana do Vilar, 14 a 16 de junho de 2002 [mimeo. 2 p.]; Informação sobre a saída da CNASTI [mimeo. 3 p.] (Arq. MAAC).